

RMA MARÇO/2026

RECUPERAÇÃO JUDICIAL: J.R.F. TRANSPORTES E CONTAINERS LTDA

AUTOS Nº: 0005418-24.2025.8.16.0194



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJVKG R4HPP 28JAK A88FR



ESTRUTURA SOCIETÁRIA

A J.R.F. Transportes e Containers foi fundada com o objetivo de oferecer soluções eficientes e confiáveis no setor de transporte de cargas e containers. Desde sua criação, a empresa se dedica a atender às necessidades de seus clientes com qualidade. Ao longo dos anos, a empresa expandiu suas operações, investindo em uma frota moderna e em tecnologia para garantir a segurança e agilidade no transporte de mercadorias. Com equipe capacitada, busca sempre inovar e aprimorar seus serviços, consolidando-se como uma parceira de confiança no mercado de transporte de cargas e containers.

J.R.F. TRANSPORTES E CONTAINERS LTDA
CNPJ: 13.001.753/0001-63
INÍCIO DAS ATIVIDADES 08/12/2010
CAPITAL SOCIAL R\$ 500.000,00



JOÃO DOS REIS
(ESPÓLIO) 99,99 %



FERNANDO SALVIANO
MERICI DOS REIS 0,01%

Fonte: consulta Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJVKG R4HPP 28JAK A88FR



INFORMAÇÕES GERAIS

CHECK-LIST DE DOCUMENTOS (ATÉ 31/03/2026)	
Documentos	Enviado
Detalhamento das Informações Gerais	
Breve relato das atividades da empresa no período, incluindo qualquer alteração contratual relevante;	✓
Medidas de reorganização adotadas no período;	✓
Unidade em funcionamento, detalhando a situação da matriz;	✓
Recursos Humanos:	✓
Relação/inventário do patrimônio das Recuperandas juntamente com a documentação comprobatória da propriedade e os respectivos laudos de avaliação (se houver);	✓
Evolução das Compras Mensais e dos últimos dois anos;	✓
Fornecedores Mensais e dos últimos dois anos;	✓
Estoques Mensais e dos últimos dois anos;	✓
Detalhamento das Informações Financeiras	
Extratos bancários de todas as contas correntes, vinculadas e aplicações financeiras inclusive sem movimentação;	✓
Posição final de mês dos créditos Extraconcursais (Pós pedido de RJ e por credor), em arquivo formato de Excel;	✓
Relatório de Garantias: Informações sobre garantias oferecidas em contratos financeiros e sua situação atual;	
Relação de contas a receber em Excel por Recuperanda, contendo: cliente, nota fiscal, data de vencimento e valor;	✓
Relatório detalhado das movimentações financeiras (entradas e saídas) dos últimos 12 meses, para entender melhor o fluxo de caixa;	✓
Relatório de Inadimplência: Análise das contas a receber com informações sobre clientes inadimplentes e ações tomadas para a recuperação dos créditos;	✓
Relatório analítico das contas pagas no mês de referência;	✓
Relatório analítico das contas a pagar pós pedidos de recuperação judicial;	✓
Cópia Contratos e Acordos firmados com fornecedores e clientes que possam impactar a situação financeira da empresa emitidos pós pedido da Recuperação Judicial, se for o caso.	N/A





INFORMAÇÕES GERAIS

CHECK-LIST DE DOCUMENTOS (ATÉ 31/03/2026)	
Documentos	Enviado
Detalhamento das Informações Tributárias	
Relação de Impostos a Pagar detalhada, incluindo aqueles que estão em discussão administrativa ou judicial, com informações sobre o status atual, incluindo aqueles que estão em discussão administrativa ou judicial, com informações sobre o status atual;	✓
Relação de impostos após pedido de Recuperação Judicial que se encontram vencidos em arquivo formato de Excel, contendo as informações: Tipo de imposto, competência, valor original, multas, juros, encargos e valor total;	✓
Guias de recolhimento acompanhadas dos comprovantes de pagamento dos tributos e contribuições, tanto correntes quanto parcelados. Caso não haja pagamentos, favor informar a descrição dos tributos, a data de vencimento e o valor correspondente;	N/A
Relatório fiscal da situação fiscal ("Diagnóstico Fiscal na Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional"),gerado pelo E-CAC, Situação fiscal prefeitura e prévia certidão estadual Paraná.	✓
Detalhamento das Informações Contábeis	
Balancete Mensal Analítico (nível 5) constando saldo inicial, débitos, créditos e saldo final, em arquivo formato de Excel; Mensalmente	✓
Demonstrações Financeiras - Balanço Patrimonial; Mensalmente	✓
Demonstrações Financeiras Demonstrativo de Resultado do Exercício; Mensalmente	✓
Demonstrações Financeiras - Demonstrativo de Fluxo de Caixa; Mensalmente	✓
Em cumprimento ao estabelecido no CNJ, além dos documentos constantes nos itens anteriores, letra "1" e "2" (em Excel), os mesmos documentos também deverão ser enviados em formato PDF, assinado pelo Contador;	✓
Declaração de faturamento do mesmo período; Mensalmente	✓
Razão mensal de todas as contas. Mensalmente	✓
Termo de Abertura e Encerramento do Livro razão devidamente assinado mês de Competência; Mensalmente	✓





OBJETO DO RELATÓRIO

UNIDADES EM FUNCIONAMENTO

No mês de março de 2026, manteve suas operações concentradas exclusivamente em sua matriz, localizada no município de Paranaguá. A unidade conta com estrutura administrativa consolidada, além de equipe operacional dedicada, gestão de frota e setor de manutenção responsável pelos veículos próprios.

A matriz encontra-se estrategicamente situada às margens da BR-277, em imóvel locado, dispondo de infraestrutura adequada às atividades da empresa, incluindo oficina mecânica equipada, cinco boxes destinados à manutenção de caminhões, bem como estrutura para realização de trocas de óleo e serviços de lavagem da frota.

Quanto à expansão operacional, a negociação para reabertura da unidade de Santos apresentou avanços no período, culminando na formalização de acordo com o parceiro de negócios Coccatrans.

O modelo operacional adotado seguirá os parâmetros já implementados na unidade de Paranaguá, com a particularidade de que, na unidade de Santos, as atividades serão realizadas exclusivamente com veículos de terceiros.

Embora a previsão inicial para o início das operações em Santos fosse janeiro de 2026, até o mês de março de 2026 a unidade não entrou em funcionamento, permanecendo em fase de estruturação e alinhamentos operacionais.





INFORMAÇÕES GERAIS

INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA RECUPERANDA

No mês de março de 2026, deu início a duas novas operações estratégicas, destacando-se a parceria com a Potencial, por meio da utilização de isotanks, e a operação dedicada com a Zanette, no trecho entre Santos e Minas Gerais. Tais iniciativas, fruto de tratativas já em andamento há algum tempo, geram perspectiva positiva no faturamento da empresa nos próximos meses. Diante da expectativa de incremento nas receitas, encontra-se em planejamento a realização de manutenções preventivas e corretivas na frota, com o objetivo de viabilizar o retorno de um maior número de caminhões às atividades operacionais.

A empresa ainda enfrenta entraves junto ao DETRAN, especialmente no que se refere à baixa do caminhão de placa BEZ-8I31, cujo processo permanece pendente em razão de bloqueio documental decorrente de débitos de ICMS. Tal situação, por outro lado, abre a possibilidade de negociação envolvendo uma rodo-caçamba, a depender da regularização do referido ativo. Persistem, também, dificuldades relevantes relacionadas à emissão de documentação atualizada dos veículos, em virtude de bloqueios judiciais impostos pelo Estado, igualmente vinculados a débitos de ICMS. Em decorrência disso, alguns veículos foram impedidos de acessar terminais portuários, o que impactou diretamente o desempenho operacional e o faturamento da empresa. Protocolizado pedido de adesão ao parcelamento especial desses débitos, aguardando-se deliberação.

No âmbito financeiro e jurídico, foi iniciado o processo de solicitação de venda de um imóvel pertencente ao espólio em inventário, com a finalidade de viabilizar negociações junto aos credores no contexto da recuperação judicial. Contudo, até o momento, a autorização judicial para tal operação ainda não foi concedida, permanecendo o caso sob acompanhamento do departamento jurídico, sem avanços concretos até a presente data. A operação no eixo Cubatão/Santos segue em fase de prospecção, com a realização de contatos, cadastros e apresentações institucionais junto a potenciais clientes da região, visando à futura consolidação dessa frente operacional.





QUADRO DE COLABORADORES

RELAÇÃO DE COLABORADORES | MENSAL

A Recuperanda apresentou seu quadro de colaboradores na petição inicial e tem apresentado mensalmente análise dos dados referentes aos cargos e funções de seus colaboradores.

A posição referente ao mês de março de 2026 encontra-se abaixo demonstrada:

CARGO/FUNÇÃO	2025										2026	
	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR
Analista de RH	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Analista de Transporte	2	1	1	1		0	0	0				
Analista Administrativo						2	2	2	1	1	1	1
Analista financeiro	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Apreendiz	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Assistente Administrativo	3	3	3	3	2	2	2	2	2	2	2	2
Auxiliar Administrativo	1	1	1	1	1							
Auxiliar de Gerenciador de Risco	2											
Auxiliar de Limpeza	3	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Auxiliar de manutenção	4	1	1	1	1	2	2	2	2	2	2	2
Auxiliar de Mecânico I	1											
Auxiliar de Qualidade	1	1	1	1	1							
Auxiliar de RH	1	1	1	1								
Auxiliar de Transporte	4	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Encarregado de Manutenção	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Motorista	22	13	13	12	13	16	16	16	15	15	13	13
Socio	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
TOTAL DE COLABORADORES	49	29	29	28	26	30	30	30	28	28	26	26

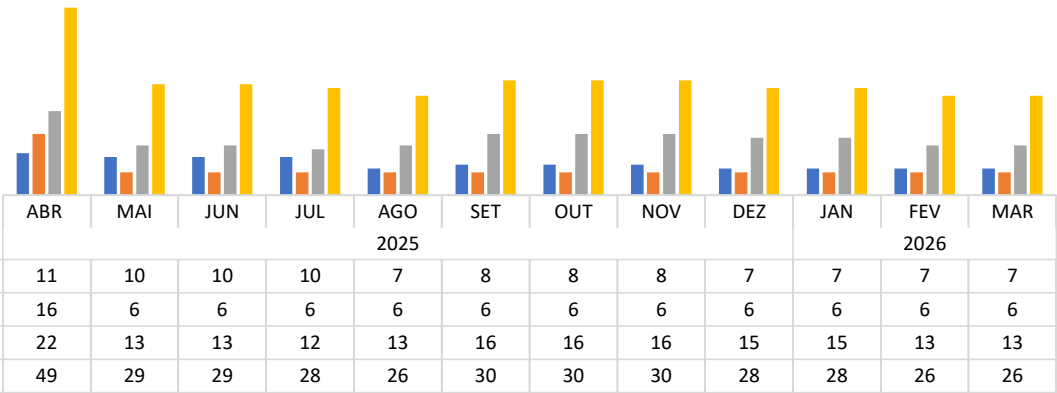


DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL | COLABORADORES

Considerando abril de 2025 como marco inicial da Recuperação Judicial, verifica-se que a redução significativa do quadro de colaboradores, já consolidada nos meses anteriores, foi mantida ao longo de março de 2026. Após a diminuição expressiva de 49 para 26 colaboradores até fevereiro, o quadro permaneceu relativamente estável, com pequenas oscilações dentro da faixa observada nos últimos meses.

Esse comportamento indica a manutenção do ajuste estrutural promovido pela empresa, refletindo a adequação do quadro funcional ao nível atual de operações.

Assim, observa-se a consolidação de um ponto de equilíbrio entre a capacidade operacional e a necessidade de controle rigoroso dos custos fixos, sem variações relevantes em relação ao cenário reportado anteriormente.



QUADRO DE COLABORADORES





QUADRO DE COLABORADORES

VARIAÇÕES QUADRO DE COLABORADORES

Considerando abril de 2025 como marco inicial da Recuperação Judicial, observa-se que a empresa promoveu reestruturação imediata, consistente e abrangente em seu quadro de colaboradores já no mês subsequente, com reduções expressivas em todas as áreas, evidenciando ação coordenada de ajuste de custos e redimensionamento operacional.

Na área de Administração, o quadro foi reduzido de 11 colaboradores em abril para 10 entre maio e julho, atingindo posteriormente o patamar de 7 colaboradores a partir de agosto. Verifica-se estabilidade até março de 2026, com apenas pequenas variações pontuais. No setor de Suporte à Operação, redução mais abrupta e imediata, passando de 16 colaboradores em abril para 6 já no mês de maio, mantido de forma contínua ao longo de todo o período analisado, sem oscilações, o que demonstra ajuste estrutural definitivo. No segmento Operacional, observa-se igualmente uma redução relevante no primeiro momento, com a diminuição de 22 para 13 colaboradores entre abril e maio. Diferentemente das demais áreas, esse grupo apresentou maior flexibilidade ao longo do período, com pequenas oscilações conforme a demanda operacional, com uma leve recomposição a partir de setembro, quando o quadro atinge 16 colaboradores, mantendo até novembro, seguido de nova redução e estabilização entre 13 e 15 colaboradores até março de 2026. Esse comportamento sugere ajustes táticos em função do volume de operações e da necessidade de alocação de mão de obra.

O quadro total de colaboradores foi reduzido de 49 em abril de 2025 para 29 já em maio, representando uma diminuição imediata de aproximadamente 41%. Ao longo dos meses seguintes, houve novos ajustes graduais, atingindo níveis próximos de 26 a 28 colaboradores, o que corresponde a uma redução total próxima de 45% a 47% em relação ao período pré-recuperação judicial. Após essa fase inicial de forte reestruturação, verifica-se a manutenção de um quadro relativamente estável ao longo do período analisado, com variações pontuais, principalmente na área operacional. Esse comportamento indica que a empresa atingiu novo ponto de equilíbrio.





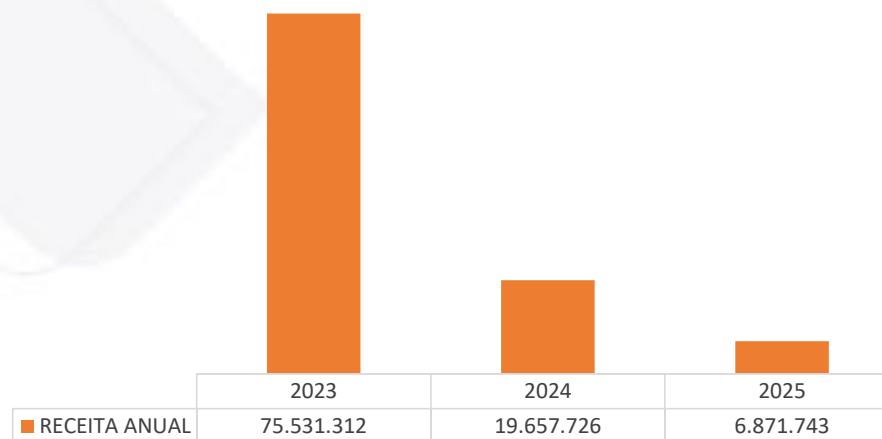
FATURAMENTO

RECEITA | ANUAL | PERÍODO 2023 a 2025

A análise da receita dos últimos três exercícios evidencia queda significativa no faturamento da empresa, conforme ilustrado no gráfico, refletindo o agravamento de sua situação econômico-financeira e justificando o ingresso em Recuperação Judicial.

Em 2023, a empresa registrou receita de R\$ 75.531.312. Em 2024, houve redução expressiva para R\$ 19.657.726, representando queda de aproximadamente 74%. Em 2025, a receita foi de R\$ 6.871.743, com nova retração de cerca de 65% em relação ao ano anterior.

Essa redução contínua está associada a fatores como restrições operacionais, diminuição da frota, bloqueios administrativos e impactos de execuções fiscais. No acumulado do período, a queda supera 90%, evidenciando a necessidade das medidas de reestruturação adotadas, com foco na reorganização das operações e na recuperação gradual da capacidade financeira da empresa.





FATURAMENTO

RECEITA | ANUAL | 2025 - 2026

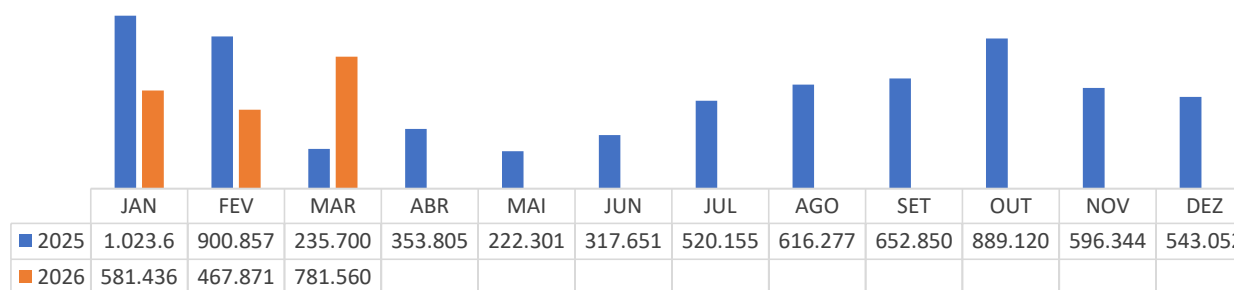
A receita da empresa apresentou forte retração após o ingresso em Recuperação Judicial. Após início de ano em patamar elevado (cerca de R\$ 1,02 milhão em janeiro e R\$ 0,90 milhão em fevereiro), houve queda acentuada já em março (R\$ 0,24 milhão), intensificando-se nos meses imediatamente posteriores a Recuperação Judicial, quando a receita atingiu níveis entre R\$ 0,22 milhão e R\$ 0,35 milhão.

A partir de meados de 2025, observa-se recuperação gradual, com crescimento até aproximadamente R\$ 0,62 milhão e pico de R\$ 0,89 milhão em novembro, refletindo os efeitos das medidas de reestruturação e retomada parcial das operações.

No início de 2026, a receita volta a oscilar em patamar intermediário (entre R\$ 0,54 milhão e R\$ 0,60 milhão), com nova melhora em março (R\$ 0,78 milhão), possivelmente associada ao início de novas operações.

De forma geral, o período evidencia três movimentos principais: queda abrupta pós-RJ, recuperação gradual ao longo de 2025 e estabilidade ainda oscilante no início de 2026.

RECEITA MENSAL 2025 - 2026





POSIÇÃO CONTÁBIL E PATRIMONIAL

BALANÇO PATRIMONIAL

O balanço patrimonial é uma ferramenta essencial para a avaliação da saúde financeira de uma empresa, apresentando de forma clara e estruturada a posição patrimonial e econômica da entidade em um determinado momento. Essa demonstração contábil detalha os ativos (bens e direitos), os passivos (obrigações) e o patrimônio líquido (diferença entre ativos e passivos), permitindo uma visão abrangente sobre os recursos controlados e as obrigações assumidas pela organização. A análise do balanço ao longo do tempo possibilita identificar tendências de crescimento ou retração, como aumento de ativos, redução de passivos ou variações no patrimônio líquido. Esses indicadores auxiliam na detecção de sinais de alerta, como o crescimento excessivo das dívidas, a redução da liquidez ou o comprometimento da estrutura de capital e oferecem subsídios para a tomada de decisões estratégicas.

Além disso, o balanço patrimonial permite avaliar a eficiência da gestão dos recursos, a capacidade de pagamento de obrigações futuras e a sustentabilidade financeira da empresa. Quando utilizado de forma contínua e integrada a outras demonstrações contábeis, como a DRE e o fluxo de caixa, torna-se uma poderosa ferramenta de gestão e controle.

A fundamentação legal encontra-se na Lei 6.404/1976, art. 176, o qual estabelece a obrigatoriedade da elaboração do balanço patrimonial e define sua estrutura mínima; a resolução CFC 1.185/2009: aprova a NBC TG 26 que trata da apresentação das Demonstrações Contábeis, com diretrizes sobre a estrutura e apresentação do balanço, como também, no regulamento do Imposto de Renda (RIR/2018) que disciplina obrigações acessórias e critérios fiscais relacionados à escrituração contábil.

Portanto, o balanço patrimonial não é apenas uma exigência legal, mas uma ferramenta estratégica indispensável para gestores, investidores, credores e órgãos reguladores, servindo como base para avaliação de desempenho, planejamento financeiro e identificação de oportunidades de melhoria contínua.



BALANÇO PATRIMONIAL | ATIVO 2026

ATIVO	2025		2026				AV %	AH % mês anterior
	ABR (RJ)	DEZ	JAN	FEV	MAR			
Circulante								
Caixa	2.483	1.695	1.695	1.695	1.695	0,05%	0,00%	
Bancos	16.773	65.630	53.059	47.870	33.118	0,96%	-30,82%	
Aplicações	51.219	108.643	108.643	108.643	101.640	2,95%	-6,45%	
Duplicatas a receber	2.387.651	68.067	113.236	166.602	190.687	5,53%	14,46%	
Adiantamentos Funcionários	28.776	25.846	-	-	-	0,00%	0,00%	
Adiantamentos Fornecedores		-	4.979	25.000	2.569	0,07%	-89,73%	
Tributos a Recuperar	203.197	208.334	208.334	208.334	208.334	6,04%	0,00%	
Titulos a receber	13.639	13.639	13.639	13.639	13.639	0,40%	0,00%	
Despesa de Exercício Seguinte	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%	
Consórcios	68.833	68.833	68.833	68.833	68.833	2,00%	0,00%	
Total do Ativo Circulante	2.772.571	560.686	572.417	640.616	620.515	18,00%	-3,14%	
Não Circulante								
Créditos Diversos	114	114	114	114	114	0,00%	0,00%	
Empréstimos a Sócios	176.060	176.060	176.060	176.060	176.060	5,11%	0,00%	
Veículos	25.236.425	25.236.425	25.236.425	25.236.425	25.236.425	732,02%	0,00%	
Máquinas e Equipamentos	2.384.656	2.384.656	2.384.656	2.384.656	2.384.656	69,17%	0,00%	
Móveis e Utensílios	74.944	74.944	74.944	74.944	74.944	2,17%	0,00%	
Computadores e Periféricos	60.231	60.231	60.231	60.231	60.231	1,75%	0,00%	
Depreciação Acumulada (-)	(20.805.611)	(23.937.061)	(24.326.523)	(24.715.984)	(25.105.445)	-728,22%	1,58%	
Total do Ativo Não Circulante	7.126.818	3.995.368	3.605.907	3.216.445	2.826.984	82,00%	-12,11%	
Total do Ativo	9.899.389	4.556.054	4.178.324	3.857.061	3.447.499	100,00%	-10,62%	

Fonte: relatórios contábeis da Recuperanda





POSIÇÃO CONTÁBIL E PATRIMONIAL

ANÁLISE | ATIVO | MARÇO 2026 | Marco inicial: Pedido de Recuperação Judicial

O Ativo total, no mês de março de 2026, apresenta o montante de R\$ 3.447 milhões, evidenciando uma retração de 10,62% em relação ao mês anterior, além de uma tendência contínua de redução ao longo do primeiro trimestre do exercício. Tal comportamento indica processo de contração patrimonial que merece atenção, sobretudo quando analisado em conjunto com a composição e a qualidade dos elementos que integram o ativo.

A estrutura patrimonial permanece fortemente concentrada no Ativo Não Circulante, que representa 82% do total, enquanto o Ativo Circulante corresponde a apenas 18%, caracterizando baixa liquidez estrutural e limitada capacidade de resposta a obrigações de curto prazo. No Ativo Circulante, apesar de redução relativamente moderada de 3,14% no mês, a análise qualitativa revela perda de qualidade relevante. Destaca-se a expressiva queda na conta de Bancos, que recuou 30,82% em relação a fevereiro, passando de R\$ 47,9 mil para R\$ 33,1 mil, evidenciando consumo significativo de disponibilidades financeiras.

Em paralelo, as aplicações financeiras apresentaram redução de 6,45%, passando para R\$ 101,6 mil, indicando resgates que, somados à diminuição dos saldos bancários, reforçam a hipótese de pressão sobre o fluxo de caixa operacional. Esse movimento não foi compensado por incremento nas disponibilidades imediatas, sugerindo possível necessidade de cobertura de despesas correntes ou insuficiência de geração de caixa.

Verifica-se crescimento contínuo da rubrica de duplicatas a receber, que atingiu R\$ 190,7 mil em março, com variação positiva de 14,46% no mês. A elevação desse saldo, em contexto de redução de caixa, sugere alongamento do ciclo financeiro, possivelmente decorrente de flexibilização nas políticas de crédito ou aumento do prazo médio de recebimento. Tal dinâmica implica redução da qualidade do ativo circulante, com potencial incremento do risco de inadimplência e impacto negativo sobre a liquidez real da empresa.





POSIÇÃO CONTÁBIL E PATRIMONIAL

ANÁLISE | ATIVO | MARÇO 2026 | Marco inicial: Pedido de Recuperação Judicial

A redução dos adiantamentos a fornecedores, de R\$ 25,0 mil para R\$ 2,6 mil (-89,73%), configura variação atípica que pode estar associada a liquidações pontuais, compensações ou reclassificações contábeis, demandando validação documental para assegurar sua adequada representação.

Outro ponto de atenção é a conta de tributos a recuperar, que permanece estática em R\$ 208,3 mil, representando parcela relevante do ativo total (6,04%). A ausência de movimentação sugere possível acúmulo de créditos tributários sem realização efetiva, o que pode indicar ineficiência na gestão fiscal ou dificuldade de compensação, levantando questionamentos quanto à recuperabilidade desses valores.

Destaque para uma inconsistência recorrente relevante observada entre dezembro de 2025 e os meses subsequentes, quando a conta de duplicatas a receber sofreu redução abrupta de R\$ 2.387,7 mil para R\$ 68,1 mil, sem explicação aparente, o que sugere ocorrência de evento extraordinário, reclassificação ou ajuste contábil significativo, cuja natureza deve ser devidamente investigada.

No Ativo Não Circulante, verifica-se redução de 12,11% no mês, totalizando R\$ 2.827 milhões em março. A composição permanece altamente concentrada no imobilizado, com destaque para veículos (R\$ 25.236 milhões) e máquinas e equipamentos (R\$ 2.385 milhões), cujos valores brutos se mantêm constantes ao longo do período analisado.

A depreciação acumulada atinge patamar extremamente elevado, totalizando R\$ 25.105 milhões, com crescimento mensal de 1,58%, evidencia que grande parte desses ativos já se encontra substancialmente depreciada. Esse cenário sugere elevado grau de envelhecimento, com potenciais riscos de obsolescência tecnológica, perda de eficiência produtiva e necessidade iminente de investimentos em reposição (CAPEX), o que poderá pressionar ainda mais a liquidez da empresa.





POSIÇÃO CONTÁBIL E PATRIMONIAL

ANÁLISE | ATIVO | MARÇO 2026 | Marco inicial: Pedido de Recuperação Judicial

A manutenção de saldo relevante na conta de empréstimos a sócios, no montante de R\$ 176,1 mil, sem qualquer variação ao longo do período, configura elemento de atenção sob a ótica de governança corporativa e gestão financeira.

Trata-se de ativo não operacional, que não contribui diretamente para a geração de caixa, podendo indicar alocação ineficiente de recursos ou fragilidade nos controles internos.

A análise do Ativo em março de 2026 revela um quadro de fragilidade financeira caracterizado pela redução da liquidez, aumento de ativos de menor conversibilidade, elevada concentração em ativos imobilizados depreciados e indícios de inconsistências contábeis relevantes.

O conjunto desses fatores aponta para riscos crescentes na sustentabilidade operacional da entidade, exigindo medidas corretivas que envolvam revisão das políticas de crédito e cobrança, avaliação da recuperabilidade de ativos, reestruturação da gestão de caixa, análise crítica do imobilizado com eventual realização de testes de impairment, e fortalecimento das práticas de governança, especialmente no que se refere a transações com partes relacionadas.





POSIÇÃO CONTÁBIL E PATRIMONIAL

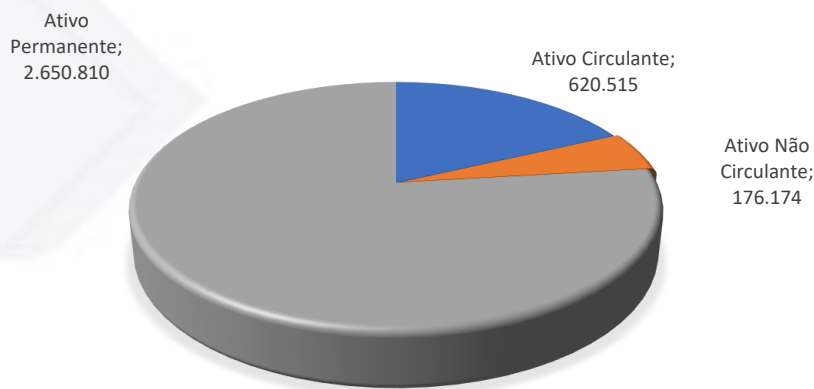
BALANÇO PATRIMONIAL | COMPOSIÇÃO DO ATIVO | MARÇO 2026

A composição do ativo, totalizando R\$ 3.447 milhões, revela uma estrutura fortemente imobilizada, com predominância do Ativo Permanente (76,89%), enquanto o Ativo Circulante representa apenas 18,00% e o Não Circulante realizável a longo prazo 5,11%.

Sob a ótica técnica, essa configuração indica baixa liquidez e limitada flexibilidade financeira, uma vez que a maior parte dos recursos está aplicada em ativos de difícil conversão em caixa. O reduzido volume de ativos circulantes pode comprometer a capacidade de cumprimento das obrigações de curto prazo, enquanto a elevada concentração no ativo permanente evidencia forte dependência da operação e possível rigidez estrutural.

Em síntese, trata-se de uma estrutura patrimonial desequilibrada entre liquidez e imobilização, com potencial exposição a riscos financeiros, especialmente em cenários de pressão de caixa ou necessidade de investimentos para manutenção operacional.

COMPOSIÇÃO DO ATIVO (R\$)



BALANÇO PATRIMONIAL | PASSIVO 2026

PASSIVO	2025		2026			AV %	AH % mês anterior
	ABR (RJ)	DEZ	JAN	FEV	MAR		
Circulante							
Fornecedores	11.470.242	165.448	182.852	194.909	307.715	8,93%	57,88%
Empréstimos e Financiamentos	5.482.734	4.380.223	4.379.926	4.380.223	4.373.738	126,87%	-0,15%
Obrigações Trabalhistas	1.153.327	1.020.357	1.007.840	1.017.415	1.098.454	31,86%	7,97%
Obrigações Tributárias	5.595.793	5.628.617	5.629.783	5.630.948	5.632.208	163,37%	0,02%
Provisões Trabalhistas	70.751	237.574	247.656	257.456	364.197	10,56%	41,46%
Parcelamentos	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%
Outras contas	5.958.692	38.449	38.449	60.685	38.449	1,12%	-36,64%
Empréstimos de Terceiros	1.232.192	1.037.576	1.035.576	1.033.576	1.033.576	29,98%	0,00%
Total Circulante	30.963.731	12.508.244	12.522.083	12.575.213	12.848.337	372,69%	2,17%
Não Circulante							
Empréstimos e Financiamentos	17.929.870	8.700.477	8.700.477	7.874.860	7.874.860	228,42%	0,00%
Empréstimos Sócios e Diretores	220.000	586.945	754.617	825.617	840.510	24,38%	1,80%
Classe I	-	4.618.282	4.618.282	4.618.282	4.618.282	133,96%	0,00%
Classe III	-	8.903.009	8.903.009	8.903.009	8.903.009	258,25%	0,00%
Classe IV	-	783.597	783.597	783.597	783.597	22,73%	0,00%
Passivo Não Circulante	18.149.870	23.592.310	23.759.982	23.005.365	23.020.258	667,74%	0,06%
Patrimônio Líquido							
Capital Social	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	14,50%	0,00%
Ajustes de Exerc. Anteriores	(587.002)	(587.002)	(587.002)	(587.002)	(587.002)	-17,03%	0,00%
Resultado do Exercício	(39.127.209)	(31.457.498)	(32.016.739)	(31.636.514)	(32.334.094)	-937,90%	2,20%
Total Patrimônio Líquido	(39.214.212)	(31.544.500)	(32.103.741)	(31.723.517)	(32.421.096)	-940,42%	2,20%
Passivo	9.899.389	4.556.054	4.178.324	3.857.061	3.447.499	100,00%	-10,62%

Fonte: relatórios contábeis da Recuperanda





POSIÇÃO CONTÁBIL E PATRIMONIAL

ANÁLISE | PASSIVO | MARÇO 2026 | Marco inicial: Pedido de Recuperação Judicial

O Passivo de março de 2026, totaliza R\$ 3.447 milhões, apresentando retração de 10,62% em relação a fevereiro, em linha com a redução observada no ativo. A análise da estrutura e composição revela cenário de elevado risco financeiro, forte dependência de capital de terceiros e patrimônio líquido substancialmente negativo, caracterizando desequilíbrio estrutural relevante.

O Passivo Circulante encerra o período em R\$ 12.848 milhões, com crescimento de 2,17% no mês, mantendo-se em patamar extremamente elevado frente ao porte do ativo total, com aumento expressivo da conta de fornecedores, que apresentou variação de +57,88%, atingindo R\$ 307,7 mil, indicando possível alongamento de prazos com credores ou acúmulo de obrigações não liquidadas. Esse movimento, quando analisado em conjunto com a redução de caixa evidenciada no ativo, reforça a hipótese de pressão sobre o capital de giro e utilização de crédito operacional como fonte de financiamento.

As obrigações trabalhistas cresceram 7,97%, totalizando R\$ 1.098 milhões, enquanto as provisões trabalhistas apresentaram elevação ainda mais relevante, de 41,46%, alcançando R\$ 364,2 mil. Esse comportamento sugere aumento de contingências ou reconhecimento de passivos anteriormente não provisionados, o que pode indicar fragilidade na gestão de pessoal ou riscos trabalhistas crescentes.

As obrigações tributárias permanecem em nível elevado (R\$ 5.632 milhões, 163,37% do total do passivo), com variação marginal, evidenciando acúmulo estrutural de tributos a recolher, o que pode representar risco fiscal relevante, especialmente em caso de fiscalização ou restrição de certidões negativas. Os empréstimos e financiamentos de curto prazo, embora estáveis (-0,15%), permanecem em patamar elevado (R\$ 4.373 milhões), representando uma das principais fontes de financiamento da operação. A coexistência de elevados passivos financeiros e operacionais no curto prazo indica alto grau de alavancagem de curto prazo, com potencial risco de liquidez.





POSIÇÃO CONTÁBIL E PATRIMONIAL

ANÁLISE | PASSIVO | MARÇO 2026 | Marco inicial: Pedido de Recuperação Judicial

A conta de provisões trabalhistas e a oscilação em “outras contas” (-36,64%) sugerem possíveis reclassificações ou ajustes pontuais, demandando análise mais detalhada para validação.

O Passivo Não Circulante, no montante de R\$ 23.020 milhões, permanece estável no mês, porém em nível elevado e altamente representativo do endividamento, com destaque para empréstimos de longo prazo e para as classes I, III e IV, que sugerem possível vínculo com processos de reestruturação ou recuperação judicial, um dos pontos mais críticos da análise. Observa-se ainda crescimento dos empréstimos com sócios, indicando dependência de partes relacionadas e potenciais fragilidades de caixa e governança.

O aspecto mais sensível reside no Patrimônio Líquido negativo (R\$ 32.421 milhões), reflexo de prejuízos recorrentes e insuficiência patrimonial, caracterizando passivo a descoberto e elevada dependência de capital de terceiros. Soma-se a isso uma inconsistência relevante na evolução histórica, com mudanças abruptas no passivo entre períodos, sugerindo reclassificações ou eventos extraordinários.

O passivo da JRF em março de 2026 revela uma estrutura altamente alavancada, com concentração significativa no curto prazo, acúmulo de obrigações fiscais e trabalhistas, dependência de financiamento externo e patrimônio líquido negativo expressivo. O conjunto desses fatores evidencia elevado risco de liquidez e solvência, além de indícios de dificuldades operacionais e financeiras estruturais.

Há necessidade de revisão urgente da estrutura de capital, reequilíbrio do endividamento, negociação com credores, controle rigoroso das obrigações fiscais e trabalhistas, e adoção de medidas para recomposição patrimonial e melhoria da geração de resultados.



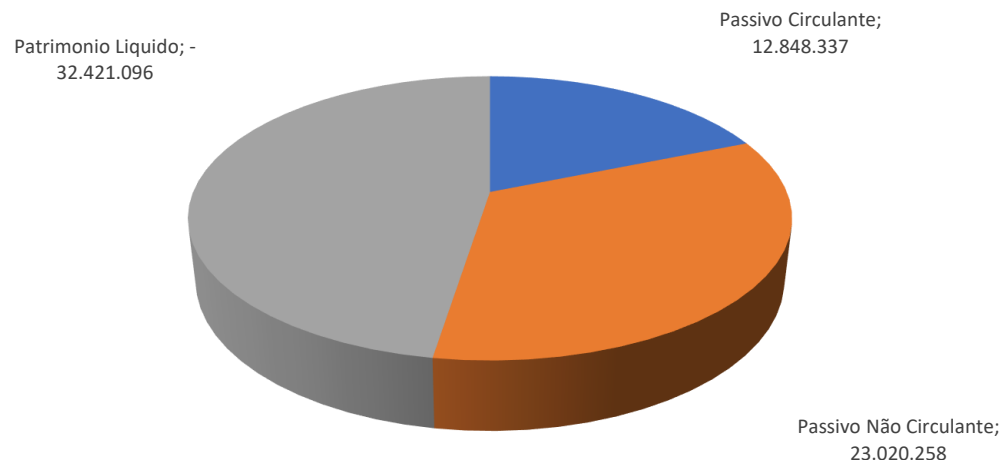
BALANÇO PATRIMONIAL | COMPOSIÇÃO DO PASSIVO 2026 | MARÇO/26

A estrutura do passivo demonstra elevado desequilíbrio financeiro, com forte dependência de capital de terceiros e Patrimônio Líquido negativo (-R\$ 32.421 milhões), caracterizando passivo a descoberto.

O Passivo Circulante (R\$ 12.848 milhões) indica pressão significativa de curto prazo, enquanto o Não Circulante (R\$ 23.020 milhões) evidencia alto nível de endividamento de longo prazo, reforçando o grau de alavancagem da empresa.

A principal distorção está na insuficiência patrimonial, onde os ativos não cobrem as obrigações, comprometendo a solvência e indicando fragilidade estrutural. O cenário reflete risco financeiro elevado, baixa sustentabilidade e necessidade de reestruturação da dívida e recomposição do capital.

Composição do Passivo (R\$)



POSIÇÃO
CONTÁBIL E
PATRIMONIAL



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO (R\$)	2024	2025		2026		
	DEZ	Abril (RJ)	DEZ	JAN	FEV	MAR
(+) Receita Operacional Bruta	19.657.726	2.516.016	7.091.707	581.436	1.049.308	1.830.868
Receitas de Serviços de Transporte	19.657.726	2.516.016	7.091.707	581.436	1.049.308	1.830.868
(-) Deduções Sobre Venda	(2.051.347)	(174.144)	(256.846)	-	-	-
(-) Imposto de Serviços de Transporte	(2.051.347)	(174.144)	(256.846)	-	-	-
(-) Devolucoes						
(=) Receitas Operacionais Líquidas	17.606.378	2.341.872	6.834.861	581.436	1.049.308	1.830.868
(-) Custos De Mercadorias Vendidas (CMV)	(8.143.433)	(1.841.404)	(4.338.839)	(344.790)	(561.697)	(1.028.792)
(-) Custos de Serviços de Transporte	(8.143.433)	(1.841.404)	(4.338.839)	(344.790)	(561.697)	(1.028.792)
(=) Lucro Operacional Bruto	9.462.946	500.469	2.496.022	236.647	487.611	802.076
% Margem Operacional Bruta	53,75 %	21,37 %	36,52 %	40,70 %	46,47 %	43,81 %
(-) Despesas Operacionais	(26.370.003)	(4.212.840)	(10.466.801)	(867.822)	(1.566.061)	(2.607.912)
(-) Despesas Operacionais	(20.274.305)	(2.549.351)	(5.671.862)	(478.361)	(787.138)	(1.439.528)
(-) Depreciação	(6.095.698)	(1.663.489)	(4.794.939)	(389.461)	(778.923)	(1.168.384)
(=) Lucro Operacional	(16.907.058)	(3.712.371)	(7.970.779)	(631.175)	(1.078.450)	(1.805.836)
% Lucro Operacional	-96,03 %	-158,52 %	-116,62 %	-108,55 %	-102,78 %	-98,63 %
(+/-) Despesas/Receitas Não Operacionais	660.261	(106.326)	(431.739)	24.781	22.377	(719)
(+/-) Resultado Financeiro	(2.566.914)	(226.249)	(621.115)	(27.966)	(30.369)	(54.921)
(+/-) Resultado Nao Operacional	3.227.175	119.922	189.376	52.746	52.746	54.202
(=) Resultado Antes Provisão de IRPJ e CSLL	(16.246.796)	(3.818.698)	(8.402.518)	(606.395)	(1.056.073)	(1.806.554)
(=) Lucro/Prejuízo Líquido	(16.246.796)	(3.818.698)	(8.402.518)	(606.395)	(1.056.073)	(1.806.554)

Fonte: relatórios contábeis da Recuperanda



POSIÇÃO
CONTÁBIL E
PATRIMONIAL



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJVKG R4HPP 28JAK A88FR



POSIÇÃO CONTÁBIL E PATRIMONIAL

ANÁLISE | DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO | MARÇO 2026

A Demonstração de Resultado de março de 2026 evidencia um quadro de crescimento operacional acompanhado de agravamento estrutural de prejuízo, indicando que o aumento de receita não está sendo convertido em resultado econômico positivo. A Receita Operacional Bruta atingiu R\$ 1.831 milhões, representando crescimento relevante em relação a janeiro (R\$ 581 mil) e fevereiro (R\$ 1.049 milhões), demonstrando recuperação do volume operacional no trimestre.

Atenção para a ausência de deduções sobre vendas em 2026, diferentemente de 2024 e 2025, o que configura uma inconsistência relevante que pode distorcer a comparabilidade e superavaliar a receita líquida, indicando possível mudança de critério contábil ou falha de reconhecimento.

O custo dos serviços (CMV) acompanhou o crescimento da receita, totalizando R\$ 1.029 milhões, mantendo a margem bruta em 43,81%, inferior a fevereiro (46,47%), porém superior à média histórica de 2025.

Apesar disso, a margem bruta, embora razoável, não é suficiente para absorver a estrutura de despesas da empresa.

O principal fator de comprometimento do resultado permanece nas despesas operacionais, que atingiram R\$ 2.608 milhões em março, com crescimento expressivo frente a fevereiro (+66%). Observa-se que: As despesas operacionais recorrentes (R\$ 1.440 milhões) mantêm trajetória crescente; A depreciação (R\$ 1.168 milhões) representa parcela extremamente relevante, evidenciando forte pressão de ativos imobilizados sobre o resultado.

Esse nível de despesas resulta em lucro operacional negativo de R\$ 1.806 milhões, com margem de -98,63%, ainda que ligeiramente melhor que períodos anteriores. A recorrência de margens operacionais fortemente negativas ao longo de todos os períodos analisados evidencia inviabilidade econômica da operação sob a estrutura atual.





POSIÇÃO CONTÁBIL E PATRIMONIAL

ANÁLISE | DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO | MARÇO 2026

No resultado não operacional, observa-se impacto pouco relevante em março (-R\$ 719), porém com destaque para o resultado financeiro negativo recorrente (R\$ -54,9 mil), indicando custo contínuo de endividamento. Embora não seja o principal fator de prejuízo, reforça o cenário de pressão financeira. O prejuízo líquido de R\$ 1.807 milhões em março tem representação significativa frente a fevereiro (-R\$ 1.056 milhões), e acompanha o aumento das despesas.

Apesar da evolução positiva da receita no trimestre, o resultado acumulado evidencia que o crescimento operacional está sendo absorvido por uma estrutura de custos e despesas desproporcional.

Principais pontos críticos e distorções identificadas: Ausência de deduções de receita em 2026, comprometendo a comparabilidade e potencialmente superavaliando resultados; Crescimento da receita sem conversão em lucro, evidenciando baixa eficiência operacional; Despesas operacionais excessivas e desproporcionais à receita, principal fator de prejuízo; Elevado peso da depreciação, indicando estrutura de ativos onerosa e potencialmente obsoleta; Margens operacionais estruturalmente negativas, sem sinais consistentes de reversão; Oscilações relevantes entre períodos, sugerindo possível instabilidade operacional ou ajustes contábeis.

A DRE de março de 2026 demonstra a recuperanda enfrenta um cenário de crescimento operacional insustentável, com estrutura de custos incompatível com o nível de receita.

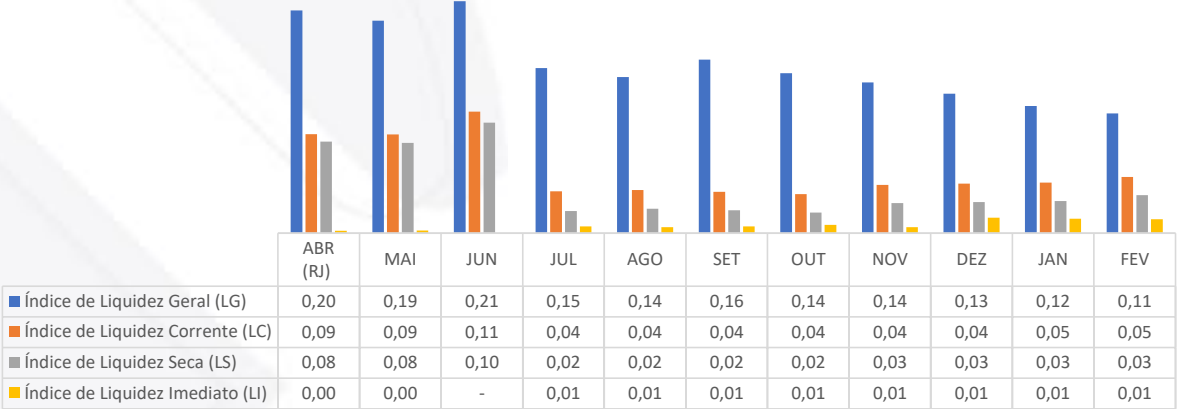
A recorrência de prejuízos, associada a inconsistências contábeis e elevada rigidez de despesas, indica risco relevante à continuidade operacional, exigindo reestruturação profunda de custos, revisão de critérios contábeis e melhoria na eficiência econômica.





POSIÇÃO
CONTÁBIL E
PATRIMONIAL

ÍNDICES DE LIQUIDEZ



ANÁLISE | ÍNDICES DE LIQUIDEZ

A análise dos índices de liquidez da JRF ao longo do período evidencia um quadro os indicadores. persistente de insuficiência de capacidade de pagamento, com comprometimento progressivo e manutenção de níveis extremamente baixos em todos

Índice de Liquidez Geral (LG) apresenta trajetória claramente decrescente, partindo de 0,20 em abril e atingindo 0,10 em março. Após leve oscilação positiva em junho (0,21), observa-se queda acentuada a partir de julho, com pequenas recuperações pontuais (setembro), porém sem reversão da tendência. Esse comportamento indica que, considerando o conjunto de ativos realizáveis frente ao total de obrigações, a empresa possui capacidade estrutural insuficiente de solvência no longo prazo, agravando-se ao longo do tempo. O nível final de 0,10 é crítico, evidenciando que os ativos cobrem apenas 10% das dívidas totais. Índice de Liquidez Corrente (LC) inicia em patamar já reduzido (0,09), apresenta leve melhora em junho (0,11) e sofre uma queda abrupta a partir de julho para 0,04, permanecendo praticamente estagnado até dezembro. Em 2026, com discreta recuperação para 0,05, porém ainda em nível extremamente baixo. Essa estabilidade em patamar crítico indica que a empresa não conseguiu recompor capital de giro, mantendo incapacidade recorrente de honrar obrigações de curto prazo, mesmo com oscilações operacionais de receita.

Índice de Liquidez Seca (LS) Segue comportamento semelhante ao índice corrente, porém em níveis ainda mais restritivos. Após atingir 0,10 em junho, o indicador despenca para 0,02 a partir de julho, mantendo-se praticamente constante até o fim do período, com leve ajuste para 0,03 a partir de novembro. Isso demonstra que, mesmo desconsiderando estoques, a empresa possui baixíssima liquidez real, reforçando a fragilidade financeira e a dependência de recursos externos. Índice de Liquidez Imediata (LI) permanece praticamente nulo ao longo de todo o período, saindo de 0,00 para apenas 0,01 a partir de julho, mantendo-se estável até março. Esse comportamento evidencia ausência de disponibilidade imediata suficiente, indicando que a empresa não possui caixa para cobertura mínima de suas obrigações de curtíssimo prazo, dependendo integralmente da geração futura ou de renegociações.



**POSIÇÃO
CONTÁBIL E
PATRIMONIAL**



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJVKG R4HPP 28JAK A88FR

ANÁLISE | ÍNDICES DE LIQUIDEZ

Os índices analisados demonstram um cenário de liquidez extremamente comprometida ao longo do período e estabilização em níveis críticos.

As oscilações observadas são pontuais e insuficientes para alterar o quadro estrutural, indicando que a empresa opera com capital de giro negativo, alta dependência de terceiros e risco elevado de insolvência.

A ausência de melhora consistente, mesmo com variações na receita, reforça que o problema é estrutural e não conjuntural, demandando reestruturação financeira profunda, recomposição de capital e revisão da gestão de passivos e caixa.

Adicionalmente, o comportamento dos indicadores evidencia que a empresa não está conseguindo converter crescimento operacional em geração efetiva de liquidez, o que sugere desalinhamento entre resultado econômico e fluxo financeiro.

A manutenção dos índices em patamares tão reduzidos ao longo de vários períodos indica limitação na capacidade de reversão no curto prazo, podendo levar à intensificação da dependência de renegociações com credores e de fontes externas de financiamento.

Nesse contexto, torna-se essencial a adoção de medidas estruturantes, como readequação do perfil do endividamento, melhoria na gestão do ciclo financeiro (recebimentos e pagamentos), revisão da estrutura de custos e eventual capitalização. Sem essas ações, o cenário aponta para continuidade das restrições de liquidez, com impactos diretos sobre a sustentabilidade operacional e a capacidade de cumprimento das obrigações.



**POSIÇÃO
CONTÁBIL E
PATRIMONIAL**

 **Fatto**
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

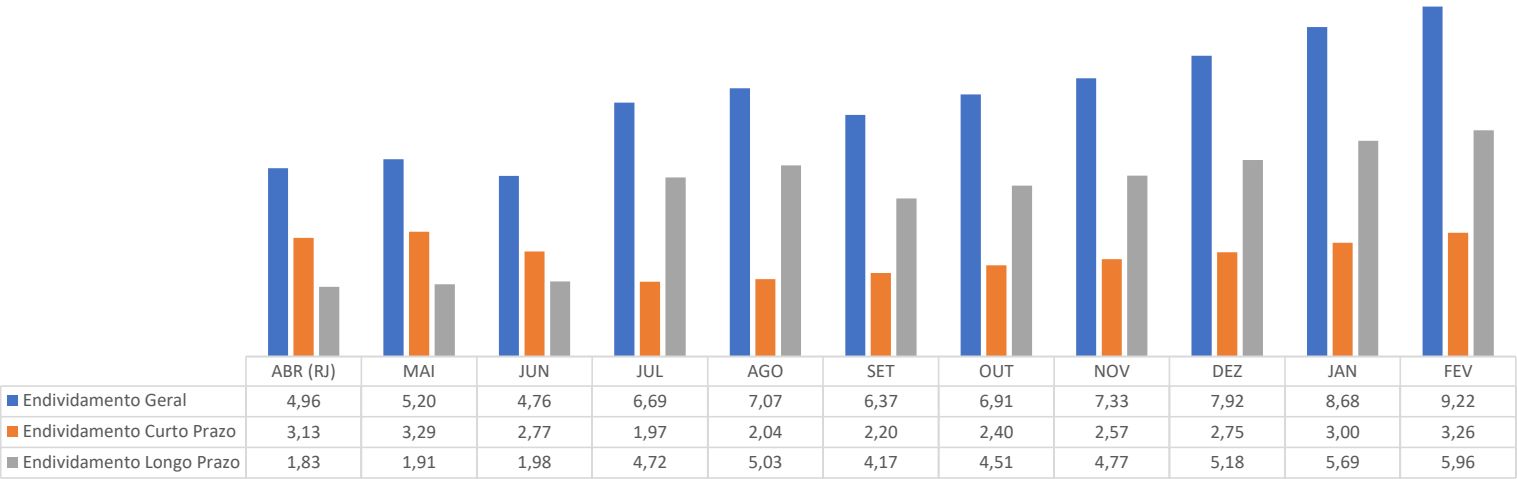


Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJVKG R4HPP 28JAK A88FR



ANÁLISE
ECONÔMICO
FINANCEIRA

ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO





ANÁLISE ECONÔMICO FINANCEIRA

ANÁLISE | ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO

A análise dos índices de endividamento ao longo do período evidencia um cenário de crescimento contínuo da alavancagem financeira, com agravamento progressivo da dependência de capital de terceiros e deterioração da estrutura de capital.

Endividamento Geral: O índice apresenta trajetória fortemente ascendente, partindo de 3,95 em 2024 e atingindo 10,40 em março, o que indica que o volume de obrigações é mais de dez vezes superior ao patrimônio de referência. Após leve oscilação em junho (4,76), observa-se aceleração significativa a partir de julho, com crescimento contínuo até o final do período. Esse comportamento demonstra expansão descontrolada do endividamento, sem contrapartida proporcional de capital próprio ou geração de resultados, evidenciando deterioração estrutural da solvência. **Endividamento de Curto Prazo:** O índice inicia em 2,40 e apresenta oscilações ao longo do período, com redução relevante entre junho e julho (2,77 → 1,97), possivelmente associada a reclassificações ou alongamento de dívidas. Contudo, a partir de agosto, observa-se retomada da trajetória de alta, atingindo 3,73 em março. Esse movimento indica pressão crescente sobre o passivo circulante, reforçando o risco de liquidez já evidenciado nos indicadores anteriores. A elevação no curto prazo sugere maior concentração de obrigações exigíveis imediatamente, aumentando a vulnerabilidade financeira.

Endividamento de Longo Prazo: Apresenta a variação mais expressiva do período, saindo de 1,55 em 2024 para 6,68 em março. Destaca-se o salto abrupto entre junho e julho (1,98 → 4,72), indicando evento relevante, como reestruturação de dívidas, reconhecimento de passivos ou reclassificação contábil. A partir desse ponto, o índice mantém trajetória crescente, evidenciando forte expansão do endividamento estrutural de longo prazo, possivelmente associado a renegociações ou alongamento de passivos já existentes.

Os índices de endividamento demonstram um cenário de alavancagem crescente e estruturalmente insustentável, com aumento contínuo da dependência de capital de terceiros tanto no curto quanto no longo prazo.





ANÁLISE ECONÔMICO FINANCEIRA

ANÁLISE | ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO

As oscilações observadas, especialmente no endividamento de longo prazo, sugerem eventos atípicos ou reclassificações relevantes, reforçando a necessidade de análise detalhada da composição das dívidas.

A elevação simultânea dos indicadores, aliada aos níveis críticos de liquidez já identificados, evidencia que a empresa opera com estrutura de capital fragilizada, elevada exposição a riscos financeiros e baixa capacidade de reversão no curto prazo.

Esse quadro indica que o endividamento não está sendo sustentado por geração de caixa ou resultados operacionais, caracterizando dependência contínua de financiamento externo.

Torna-se imprescindível a adoção de medidas estruturais, como reestruturação do perfil da dívida, alongamento de prazos com redução de custo financeiro, controle rigoroso do passivo circulante e recomposição do capital próprio, sob risco de agravamento da insolvência e comprometimento da continuidade operacional.





RELAÇÃO DE CREDORES

CREDORES SUJEITOS A RECUPERAÇÃO JUDICIAL

A Recuperanda apresentou a relação nominal de credores, em conformidade com o art. 51, inciso III, da Lei 11.101/05. O montante total dos créditos apresentados soma R\$ 19.763.644,51 (Dezenove milhões, setecentos e sessenta e três mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e um centavos).

Após revisão realizada pela Administradora Judicial, foi apurado o valor de R\$ 14.304.888,34 (quatorze milhões, trezentos e quatro mil, oitocentos e oitenta e oito reais e trinta e quatro centavos).

A seguir, a composição do crédito consolidado de acordo com a Relação de Credores apresentada pela Recuperanda e pela Administradora Judicial.

1º EDITAL (RECUPERANDA)				
Classe	Moeda	Nº Credores	Valor	%
Classe I	R\$	23	4.627.124,89	23,41%
Classe II	R\$	-	-	0,00%
Classe III	R\$	79	14.907.896,70	75,43%
Classe IV	R\$	8	228.622,92	1,16%
TOTAL GERAL		110	19.763.644,51	100,00%

2º EDITAL (ADMINISTRADORA JUDICIAL)				
Classe	Moeda	Nº Credores	Valor	%
Classe I	R\$	24	4.618.281,77	32,28%
Classe II	R\$	-	-	0,00%
Classe III	R\$	46	8.903.009,50	62,24%
Classe IV	R\$	16	783.597,07	5,48%
TOTAL GERAL		86	14.304.888,34	100,00%





RELAÇÃO DE CREDITORES

CREDITORES NÃO SUJEITOS A RECUPERAÇÃO JUDICIAL

No momento da distribuição do pedido de Recuperação Judicial, a Recuperanda informou a existência de credores que não se sujeitam ao regime da Recuperação Judicial, conforme documentos encaminhados pela Recuperanda, foi apurado o valor total de R\$ 22.224.171,53 (vinte e dois milhões, duzentos e vinte e quatro mil, cento e setenta e um reais e cinquenta e três centavos), conforme detalhamento abaixo:

Débitos Tributários/RFB e PGFN: R\$ 6.054,47 (seis mil, cinquenta e quatro reais e quarenta e sete centavos);

Débitos Tributários/Estadual: R\$ 7.280.535,31 (sete milhões, duzentos e oitenta mil, quinhentos e trinta e cinco reais e trinta e um centavos);

Débitos Tributários/Municipal: R\$ 1.538.931,76 (um milhão, quinhentos e trinta e oito mil, novecentos e trinta e um reais e setenta e seis centavos);

Contratos de Alienação Fiduciária: R\$ 13.398.649,99 (treze milhões, trezentos e noventa e oito mil, seiscentos e quarenta e nove reais e noventa e nove centavos).

QUADRO RESUMO CREDITORES NÃO SUJEITOS RJ

Classificação	Devedor	Crédito
Não Sujeito	Débitos Tributários/RFB e PGFN	6.054,47
Não Sujeito	Débitos Tributários/Estadual	7.280.535,31
Não Sujeito	Débitos Tributários/Municipal	1.538.931,76
Não Sujeito	Contratos de Alienação Fiduciária	13.398.649,99
	TOTAL	22.224.171,53





CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exame das demonstrações contábeis da recuperanda J.R.F. Transportes e Containers Ltda., considerando o período compreendido entre abril de 2025, mês do ajuizamento do pedido de Recuperação Judicial, e março de 2026, demonstra que a empresa permanece em processo de reorganização econômico-financeira, ainda enfrentando restrições operacionais, baixa capacidade de geração de caixa e elevada dependência das medidas adotadas no âmbito recuperacional.

No aspecto patrimonial, observa-se redução gradual do ativo total ao longo do período analisado, movimento compatível com o processo de ajuste da estrutura operacional e financeira da empresa após o ingresso em Recuperação Judicial. Os ativos de curto prazo apresentaram retração significativa nos primeiros meses, especialmente em razão da redução das contas a receber e da desaceleração das atividades operacionais. Embora tenha ocorrido recomposição parcial do capital de giro ao longo do exercício, os níveis permanecem inferiores aos registrados à época do pedido recuperacional. Em relação ao ativo não circulante, verificou-se manutenção da trajetória de redução, influenciada principalmente pela depreciação acumulada e pela ausência de investimentos relevantes em ativos permanentes.

Quanto à estrutura de passivos, evidencia-se a continuidade do processo de reorganização das obrigações financeiras da recuperanda, alinhado com os efeitos esperados da Recuperação Judicial. O passivo circulante apresentou redução inicial, seguida de relativa estabilização ao longo dos meses subsequentes, enquanto o passivo não circulante concentrou parcela mais significativa das dívidas, refletindo o alongamento e a reclassificação das obrigações sujeitas ao processo recuperacional. Apesar dessas medidas, o patrimônio líquido permaneceu negativo durante todo o período analisado, indicando persistência do desequilíbrio patrimonial e elevada dependência de capital de terceiros.





CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sob a ótica operacional, a Demonstração do Resultado evidencia manutenção de receitas em patamares reduzidos quando comparados aos períodos anteriores ao ingresso em Recuperação Judicial, refletindo retração das operações e limitações comerciais enfrentadas pela companhia. Em contrapartida, observa-se melhora gradual na margem bruta, indicando maior controle dos custos diretamente relacionados à atividade operacional. Ainda assim, as despesas operacionais seguem elevadas, especialmente em razão dos encargos fixos e da depreciação, mantendo o resultado operacional e o resultado líquido negativos, embora se verifiquem sinais pontuais de redução dos prejuízos em determinados períodos.

No campo financeiro, os indicadores de liquidez continuam demonstrando baixa capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo. Todos os índices permanecem abaixo dos parâmetros considerados adequados.

Em relação ao endividamento, a recuperanda mantém elevado grau de alavancagem financeira, com predominância de capital de terceiros na composição de sua estrutura de financiamento. Verifica-se, ainda, concentração relevante das obrigações no longo prazo, situação compatível com o processo de renegociação e reestruturação das dívidas no âmbito da Recuperação Judicial.

Neste contexto, conclui-se que, transcorrido aproximadamente um ano desde o ingresso da companhia em Recuperação Judicial, observam-se sinais pontuais de estabilização operacional e reorganização financeira, especialmente relacionados ao controle de custos e ao alongamento das obrigações. Contudo, os demonstrativos contábeis e indicadores econômico-financeiros ainda evidenciam fragilidade patrimonial, baixa liquidez e manutenção de elevado endividamento, não sendo possível afirmar, até o momento, o pleno restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro da recuperanda.





CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, a continuidade e efetividade das medidas implementadas no processo recuperacional serão determinantes para a recuperação da capacidade de geração de resultados, recomposição do capital de giro, redução gradual da alavancagem financeira e restabelecimento do equilíbrio patrimonial necessário à sustentabilidade das operações da companhia.

O trabalho seguiu rigorosamente os princípios, normas e melhores práticas vigentes no país, utilizando metodologia consolidada em perícia, análise contábil e financeira.

Sendo o que cumpria para o momento, permanecemos à disposição para os esclarecimentos necessários.

Curitiba, 07 de maio de 2026.

FATTO ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL





ANEXOS

Anexo. 01 - Balanço Patrimonial

Anexo. 02 - Demonstração Resultado do Exercício

Anexo. 03 - Demonstração do Fluxo de Caixa

Anexo. 04 - Relação Funcionários

Anexo. 05 - Extratos de Débitos





fattoonline.com.br | 41. 2106-9610
R. Alberto Folloni, 543 • 1º andar • Juvevê • Curitiba/PR



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJVKG R4HPP 28JAK A88FR